

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE LOURES 2008-2010

DOCUMENTO ELABORADO POR:

Secretariado Técnico da Rede Social de Loures

- Cristina Costa
- Lúcia Santos

Consultora Externa (Técnica de Planeamento)

- Teresa Raposo

Participantes nas Reuniões Finais de Consolidação dos Workshops

- Ângela Silva (Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa / Serviço Local de Loures)
- Célia Godinho (Comissão Executiva, DRELVT – EAE, Equipa de Apoio às Escolas de Lisboa Oriental)
- Elsa Sousa (Associação Luís Pereira da Mota)
- Elvira Martins (Comissão Executiva, Centro de Saúde de Sacavém)
- Jorge Francisco (IEFP/Centro de Emprego de Loures)
- M^a José Cavaco (Comissão Executiva, Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa / Serviço Local de Loures)
- Paula Atouguia (Secretariado Técnico da Rede Social, Câmara Municipal de Loures)
- Sónia Paixão (Comissão Executiva, Câmara Municipal de Loures)

ÍNDICE

1.	Nota Introdutória	3
1.1	Da construção da parceria ao Plano de Desenvolvimento Social	4
2.	Diagnóstico Social de Loures – uma aproximação à realidade	5
3.	O Plano de Desenvolvimento Social de Loures	
	- Princípios Orientadores	11
3.1	Metodologia	13
3.2	Os Eixos Estratégicos	16
	I – Qualidade da Intervenção Social	16
	II – Habitação e Ordenamento do Território	22
	III – Qualificação e Emprego	25
	IV – Cidadania	29
3.3	Articulação do Plano de Desenvolvimento Social com outros Instrumentos de Planeamento	34
3.4	Avaliação	38
4.	Bibliografia	40
	Anexo – Instituições Participantes nos Workshops	41

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano de Desenvolvimento Social de Loures (PDS) é um documento que resulta da discussão e da experiência acumulada dos diversos parceiros do Conselho Local de Acção Social (CLAS). O presente documento constitui um instrumento de trabalho, no qual aqueles parceiros se deverão rever e, paralelamente, utilizar como quadro de referência para as suas intervenções particulares.

Com uma vigência de três anos (2008-2010), O Plano de Desenvolvimento Social de Loures ambiciona ser uma ferramenta que facilita a confluência de vontades, pois deve espelhar um entendimento concertado dos diversos actores provenientes das várias instituições sociais concelhias.

O PDS está dividido em quatro pontos, em que o primeiro aborda as questões relacionadas com a parceria e com a definição de Plano de Desenvolvimento Social. O segundo ponto faz uma breve descrição da situação actual do concelho de Loures; constituindo o terceiro ponto, a parte fulcral do documento, já que apresenta os princípios orientadores do Plano, a Metodologia, os Eixos Estratégicos e sua Articulação com os diversos instrumentos de planeamento e, finalmente, a avaliação que deverá ser constante durante o período de vigência deste Plano.

"O planeamento é um procedimento formalizado que tem por finalidade produzir um resultado articulado sob a forma de um sistema integrado de decisões."

(Isabel Guerra)

1.1 DA CONSTRUÇÃO DA PARCERIA AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Rede Social é uma estrutura que visa racionalizar e tornar mais eficaz a intervenção social dos agentes, na execução de medidas e programas de combate à pobreza e exclusão social e na promoção do desenvolvimento social, pretendendo constituir uma parceria global efectiva, que integre os vários sectores e as várias estruturas locais, representadas pelo Conselho Local de Acção Social e Comissões Sociais de Freguesia e Inter-Freguesias. De acordo com o *Núcleo da Rede Social* (2002), esta estrutura funciona através de uma lógica de articulação e de uma dinâmica de cooperação, fundamentadas em princípios, designadamente de subsidiariedade, integração, articulação, participação e inovação, capazes de garantir a funcionalidade do dispositivo criado e dar coerência às actuações desenvolvidas no âmbito do programa da Rede Social.

Procura assim, a congregação de esforços para um maior conhecimento dos territórios (Diagnóstico Social), e para a priorização e definição de estratégias de intervenção conducentes ao desenvolvimento social do concelho (Plano de Desenvolvimento Social), através do incremento:

- de uma abordagem estratégica e integrada da intervenção social;
- do planeamento estratégico participado;
- da coordenação das intervenções nos diferentes níveis, com vista a uma maior racionalização e rentabilização dos recursos existentes (local, concelhio, regional, nacional e europeu);

- da promoção e divulgação de informação pertinente para a prossecução dos objectivos;
- de respostas sociais com qualidade e inovadoras, garantindo uma maior eficácia do conjunto das mesmas nos concelhos e freguesias.

Trata-se de um processo que deve basear-se numa estratégia participada de planeamento, o que implica levar a efeito várias etapas de trabalho interligadas entre si: o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social, concretizado através de Planos de Acção e a definição do Processo de Avaliação. De articulação obrigatória com o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social traduz os problemas e as prioridades inventariadas no Diagnóstico, pois é delas que devem decorrer as grandes orientações estratégicas, por forma a responder às necessidades e aos problemas identificados.

O Plano de Desenvolvimento Social obedece a uma definição conjunta e negociada de objectivos prioritários, pretendendo não só colocar em prática uma vertente correctiva das situações de precariedade, mas também incidir numa lógica preventiva do aparecimento e do agravamento dessas situações. Enquanto instrumento organizado pelas entidades representadas no Conselho Local de Acção Social de Loures, o Plano de Desenvolvimento Social de Loures, significa (...)” *um esforço disciplinado de racionalização dos processos pelos quais as decisões são tomadas e integradas em organizações*” (Guerra, 2000:112).

2. DIAGNÓSTICO SOCIAL DE LOURES – UMA APROXIMAÇÃO À REALIDADE

O Diagnóstico Social do Concelho de Loures tratou para dez áreas problemáticas priorizadas em sede do Conselho Local de Acção Social, a partir das quais se identificaram os Eixos Estratégicos do Plano de Desenvolvimento Social, a saber:

- Absentismo, Abandono e Insucesso Escolar;

- Acesso e Qualidade da Habitação;
- Acompanhamento de Crianças e Jovens: prevenção de risco e insuficiência de recursos;
- Atendimento e Acompanhamento Social às Famílias;
- Comportamentos Aditivos e Saúde Mental;
- Deficiência;
- Desemprego e Formação Profissional;
- Desestruturação e Violência Familiar;
- Idosos em Situação de Isolamento e Insuficiência de Recursos;
- Informação e Comunicação.

De acordo com os cenários apresentados no Diagnóstico Social, identificam-se, de seguida, os constrangimentos e as pistas orientadoras para estratégias de intervenção e propostas de acção de cada uma das áreas problemáticas já referidas.

► Na área da educação, e mais respectivamente no que respeita ao **absentismo, abandono e insucesso escolar**, apontaram-se como principais constrangimentos:

- a) população com taxa significativa de analfabetismo (6%), e nível de escolaridade situado fundamentalmente no 1º Ciclo do Ensino Básico (34.4%);
- b) taxa de abandono e insucesso escolar acima da média nacional, e tanto maior quanto mais elevado é o nível de ensino. A zona oriental do concelho apresenta-se como a mais problemática.
- c) taxa de sucesso escolar a partir do 2º ciclo, abaixo da média nacional, sendo que existem escolas no concelho em que a taxa se situa abaixo dos 50% e 55%;
- d) fraca cobertura do ensino pré-escolar (24.6%);
- e) o Serviço de Apoio à Família (refeições) é assegurado em 82 equipamentos do 1º Ciclo do Ensino Básico e de Educação Pré-Escolar, o que significa que 90,2% dos jardins de infância e 75% das escolas básicas do 1º ciclo da rede escolar pública, encontram-se abrangidos por este serviço;

- f) na generalidade dos estabelecimentos de ensino, não existem condições físicas e humanas, para o desenvolvimento do Programa de Enriquecimento Curricular do Ministério da Educação;
- g) regista-se e perspectiva-se uma sobreocupação das escolas em geral, e do 1º ciclo em particular, sobretudo na zona oriental do concelho.

Como pistas orientadoras para a acção, enumeram-se:

- a implementação de equipas multidisciplinares de acompanhamento aos alunos, às famílias e apoio às escolas.
 - o alargamento dos Centros de Actividades e Tempos Livres aos 1º e 2º ciclos.
 - a dotação na zona oriental, de equipamentos de acordo com as necessidades identificadas.
- Na área da **habitação**, relativamente ao **acesso e qualidade**, apontaram-se como constrangimentos:
- a) parque habitacional envelhecido e degradado, transversal a todo o concelho;
 - b) existência de núcleos de barracas e de zonas urbanas de génese ilegal, com fracas condições de habitabilidade;
 - c) insuficiente mercado de arrendamento e preços de venda acima do poder de compra dos cidadãos em geral;
 - d) fraca oferta de habitação a custos controlados, sobretudo para a fixação da população jovem;
 - e) existência de bolsas sociais problemáticas, na generalidade situadas em três bairros municipais.

Sublinham-se como orientações para a acção:

- a sensibilização dos proprietários para a realização de obras de conservação do edificado;
- a promoção de programas de incentivo para a conservação dos núcleos antigos;
- a simplificação e o acelerar do processo de legalização dos bairros e construções de génese ilegal;

- o cumprimento do Programa Especial de Realojamento – Erradicação das Barracas até 2009, com a participação e mobilização dos moradores para a preservação dos fogos e meio envolvente, no âmbito do incremento da dinâmica local.

- Nas áreas do **acompanhamento de crianças e jovens** (prevenção de risco), do **atendimento e acompanhamento social às famílias** e da **desestruturação e violência familiar**, foram, na generalidade, apontados como constrangimentos:
 - a) o facto de Loures ser um dos concelhos do distrito de Lisboa, com elevado número de processos ao nível da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) e Equipa de Crianças e Jovens (ECJ) da Segurança Social, sendo a zona oriental do concelho aquela onde a incidência é maior - maus tratos e negligência das crianças, são os problemas mais identificados ao nível da CPCJ.
 - b) a insuficiência de respostas sociais para as áreas da infância;
 - c) défices das respostas de atendimento e acompanhamento social às famílias;
 - d) inexistência de recursos qualificados para a realização de atendimentos/acompanhamento de casos de vítimas de violência;
 - e) deslocação do Serviço Local de Sacavém / Moscavide para as instalações do Centro Distrital da Segurança Social em Lisboa, serviço este que detêm na sua área de intervenção as freguesias mais problemáticas do concelho;
 - f) fracas condições de acesso e acessibilidades aos serviços, sobretudo no que respeita às populações mais vulneráveis como os idosos, as pessoas portadoras de deficiência e os cidadãos com fracos recursos económicos;
 - g) não são asseguradas condições de privacidade e garantia dos direitos aos cidadãos;
 - h) fraca qualidade do serviço de atendimento aos cidadãos e das respostas sociais prestadas.

Para a acção, resumidamente, sublinham-se as seguintes orientações:

- implementação do modelo de atendimento integrado para o concelho, com funcionamento descentralizado e que assegure padrões de qualidade;
 - implementação de um sistema de monitorização e avaliação das situações sociais em acompanhamento;
 - criação de equipas multidisciplinares, através do reforço da relação interinstitucional;
 - alargamento/adequação dos horários de funcionamento das organizações por forma a assegurar condições e respostas às situações que surjam fora dos horários administrativos;
 - reforço das respostas sociais para a infância, juventude e grupos de risco;
 - desenvolvimento de acções de formação em áreas especializadas do atendimento, do apoio à vítima, bem como, outras ligadas à prevenção, como por exemplo as acções de formação na área parental;
 - desenvolvimento de programas de intervenção primária.
- Na área da saúde, mais especificamente, **comportamentos aditivos e saúde mental**, apontam-se como principais constrangimentos:
- a) a escassez de informação que dê nota da dimensão e da natureza dos casos e processos existentes;
 - b) a escassez de respostas nas áreas em questão. Estes foram igualmente, os mesmos constrangimentos identificados para a área da **deficiência**.

Como pistas orientadoras para a acção, destacam-se:

- a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre estas problemáticas e de se criarem/reforçarem as respostas sociais, nas áreas da deficiência e da saúde mental;

- a sensibilização da população, dos políticos e dos dirigentes, em geral, para a ideia de que os deficientes são cidadãos como todos os outros que têm direitos, cuja efectivação carece da criação de condições por parte da sociedade, por forma a promover a sua autonomia e integração social;
 - a criação/adaptação das acessibilidades, dentro e fora dos edifícios, por forma a garantir as condições de acesso aos serviços e à informação, num entendimento de que os deficientes não são um grupo homogéneo.
- No que concerne à área problemática do **desemprego e formação profissional**, pode-se dizer que se reflecte no concelho, o que ocorre no plano nacional:
- a) baixas escolaridade e qualificações profissionais, da população do concelho;
 - b) cultura empresarial limitada;
 - c) desajuste entre a oferta e a procura.

Como orientações para a intervenção e sendo um dado adquirido que os problemas nesta área não se resolvem exclusivamente ao nível local, foram apontadas:

- a realização de estudo de mercado para conhecimento das necessidades existentes, em matéria de qualificação profissional;
 - o incremento da relação entre empresas, escolas e outros parceiros;
 - a realização de acções de formação profissional (inicial e de aperfeiçoamento, entre outras).
- Em relação aos problemas ligados ao envelhecimento e, sobretudo, no que respeita aos **idosos em situação de isolamento e com insuficiência de recursos**, sublinhe-se a insuficiência de respostas sociais, as situações de dependência e o isolamento, físico e social, desta faixa etária da população.

Como pistas orientadoras para a acção, sublinham-se entre outras:

- a criação / reforço das respostas para os idosos, nomeadamente na área dos cuidados continuados, assente numa mais efectiva articulação inter-institucional e melhoria da qualidade;
 - a promoção de formação para os prestadores de cuidados de saúde formais e informais, desde os profissionais até aos familiares, passando também pelo pessoal voluntário.
- na área da **informação e comunicação**, foram identificados constrangimentos que são transversais a todo o processo de diagnóstico, planeamento e avaliação. Acrescem ainda, os problemas inerentes às relações intra e inter-organizacionais, sobretudo no que respeita à partilha de informação para o estudo e tomada de decisão. A implementação do já definido Sistema de Informação e Comunicação e, mais especificamente, da Unidade de Avaliação e Monitorização Social do Território, foram as orientações apontadas que pelo seu carácter abrangente, consegue abarcar a generalidade das propostas de acção apresentadas.

Esta aproximação à realidade do concelho de Loures, constitui uma breve síntese do Diagnóstico Social, permitindo conhecer e caracterizar, apesar das constantes mutações, as principais áreas problemáticas identificadas em diferentes espaços de discussão. Este conhecimento conduziu a um conjunto de Linhas Orientadoras para a Acção, que tiveram por objectivo servir de indicação, de base de trabalho, para a definição dos principais Eixos Estratégicos do **Plano de Desenvolvimento Social de Loures**.

3. O PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE LOURES E SEUS PRINCÍPIOS ORIENTADORES

O desafio de implementar o Plano de Desenvolvimento Social de Loures significa testar a capacidade de envolvimento dos vários actores e perceber se as opções estratégicas tomadas são as que mais favorecem o aproveitamento dos recursos disponíveis no território. Por outro lado, a concretização das acções definidas em plano dependem não só das políticas existentes e a desenvolver a nível local, mas também das medidas instituídas a nível regional, nacional e comunitário.

Este primeiro Plano de Desenvolvimento Social aposta numa perspectiva de conhecer para intervir, realçando a importância da realização de estudos de caracterização e de diagnósticos de necessidades. Pese embora o Diagnóstico Social tenha traçado um panorama geral do Concelho espelhando uma realidade aproximada, algumas problemáticas enunciadas carecem de aprofundamento, para que a intervenção seja frutífera.

Os princípios que orientaram o Plano de Desenvolvimento Social de Loures encontram fundamento nos princípios da Rede Social já enunciados no início do documento. A definição destes princípios, assim como as prioridades identificadas no Diagnóstico Social, estiveram na base da reflexão e desenvolvimento dos Eixos Estratégicos que o concelho de Loures se compromete seguir entre 2008-2010. Com uma vigência de três anos, o Plano de Desenvolvimento Social de Loures irá organizar-se em Planos de Acção anuais, que constituem planos operativos que se traduzem em programas de trabalho a curto prazo, cuja responsabilidade pela operacionalização dos objectivos específicos e respectiva execução fica a cargo das entidades que integram o CLAS.

De acordo com o documento "*Plano de Desenvolvimento Social: Metodologia e Resultados*" aprovado em reunião do Conselho Local de Acção Social de 20 de Março de 2007, o Plano de Desenvolvimento Social de Loures, deverá ter a **capacidade de integrar as orientações diversas**

emitidas pelos organismos nacionais, no que respeita às políticas sociais¹, bem como, possuir mecanismos de avaliação e produção de informação, capaz de influenciar a concepção de medidas de política e financiamentos, definidas aos níveis regional e nacional.

Por outro lado, toda a intervenção deve ter um carácter estruturante e estruturador, isto é, que reforce o potencial existente e responda efectivamente às necessidades priorizadas; mas também que seja ela própria motor de processos de inovação e consolidação da intervenção, nos diversos domínios do social – **Adequação e Sustentabilidade**.

O Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Loures, deve privilegiar a **Responsabilidade Partilhada**, quer desde a priorização e definição dos eixos estratégicos do Plano, quer posteriormente na afectação de recursos, concretização e avaliação. Todo o processo deve ser partilhado por todos, ainda que de forma diferenciada, tendo em consideração as competências e âmbito de acção das diversas organizações implicadas.

Deve-se partir da existência de um compromisso, por forma a que nos Planos de Actividades de cada organização parceira e demais agentes locais, se considerem objectivos e acções que concorram para a prossecução das prioridades assumidas no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social. Trata-se, pois, de uma lógica de cooperação e de complementaridade da acção, focalizada nos interesses das pessoas e do concelho – **Complementaridade e Coordenação Aberta**.

A **Igualdade de Oportunidades** é um princípio fundamental do direito e uma característica do exercício duma cidadania plena e activa. Neste sentido, a intervenção a desenvolver no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social, deverá integrar mecanismos que garantam que todos os cidadãos sejam tratados da mesma forma e que tenham acesso às mesmas oportunidades.

¹ Como por exemplo, as orientações provenientes do PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão, do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional.

3.1 METODOLOGIA

Para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social de Loures seguiu-se uma estratégia participada de planeamento, estratégia esta que de acordo com o Programa da Rede Social, (...)“procura racionalizar e conferir maior eficácia, quer à intervenção dos agentes na aplicação das medidas, projectos e programas de combate à pobreza e à exclusão social, quer à promoção do desenvolvimento social”².

Construído a partir das prioridades estabelecidas no Diagnóstico Social, o grande objectivo do Plano de Desenvolvimento Social de Loures é a procura dos consensos possíveis sobre os problemas que persistem e sobre os quais se deverá ter uma intervenção multisectorial, dinâmica e tanto quanto possível inovadora, contribuindo para a atenuação e/ou prevenção daqueles problemas. Enquanto promotor do desenvolvimento social local, o Plano de Desenvolvimento Social de Loures segue uma estratégia global, para atingir uma situação social desejável, mas realista, nas freguesias sobre as quais incide.

Foram utilizados diversos instrumentos de conhecimento da realidade concelhia³, o que permitiu encontrar uma ligação objectiva entre indicadores de tipo quantitativo e qualitativo que ilustraram as dinâmicas e as interacções existentes no terreno, e facilitaram a construção de acções mais coerentes e articuladas. Estas acções estão organizadas em quatro Eixos Estratégicos, que definem a intervenção no Concelho num espaço temporal de três anos – 2008 a 2010.

Tratando-se de um planeamento que se pretende integrado e participado, havia que implementar um processo potenciador de discussão e participação activa dos intervenientes, aliás, já utilizado anteriormente, pois

² *Idem.*

³ Pré-Diagnóstico, Diagnósticos das Comissões Sociais de Freguesia e Inter-Freguesias, Diagnóstico Social 2006, Carta Educativa do Concelho de Loures, estudos elaborados pela Divisão Municipal de Habitação.

no âmbito do Programa de Apoio e Acompanhamento às Comissões Sociais de Freguesia⁴, houve a contratação de recursos humanos especializados para promoverem a dinâmica de trabalho de parceria ao nível das Freguesias, as quais se mantêm, mesmo após o cessar do programa. Assim, foi solicitado às entidades do Conselho Local de Acção Social e outras que se entenderam pertinentes, contributos que pudessem ser inscritos no Plano de Desenvolvimento Social. Realizaram-se vários momentos de acção, a saber:

- a) sessão de informação/formação sobre o que é o Plano de Desenvolvimento Social;
- b) sessões de formação sobre a construção de projectos de intervenção;
- c) quatro Workshops⁵ que corresponderam às temáticas dos Eixos Estratégicos, onde num processo bastante dinâmico, e partindo da priorização de problemas já realizada no Diagnóstico Social, se definiram estratégias, finalidades, objectivos e indicadores de verificação. Apesar de algumas dificuldades inerentes a um processo que envolveu cerca de 30 / 40 participantes por Workshop, foi possível chegar à identificação das estratégias em quase todos os Eixos Estratégicos;
- d) reuniões com os elementos da Comissão Executiva, directamente implicados nas temáticas em causa, por forma a sistematizar e complementar a informação obtida nos Workshops.

Procurou-se, ainda, articular projectos em desenvolvimento e facilitar a racionalização e rentabilização de recursos, colocando-se o acento tónico na co-responsabilização dos vários parceiros que contribuem para o desenvolvimento social do Concelho.

Estas opções metodológicas visaram dar continuidade ao trabalho efectuado com as Comissões Sociais de Freguesia e Inter-Freguesia, procurando estabelecer interdependências. Pois se por um lado, a operacionalização do

⁴ Aprovada em reunião de CLAS, este programa decorreu entre Janeiro de 2005 e Julho de 2006.

⁵ As instituições participantes nos Workshops encontram-se em anexo.

Plano de Desenvolvimento Social vai de encontro a alguns objectivos das várias freguesias do Concelho, por outro lado, muitas das acções identificadas esperam concretização através das Freguesias, dos diversos serviços da Câmara Municipal de Loures, dos organismos da administração central e das várias instituições que operam no terreno.

3.3 OS EIXOS ESTRATÉGICOS

I – Qualidade da Intervenção Social

Problemas identificados:

- Falta de articulação inter-institucional;
- Desconhecimento do n.º efectivo de pessoas com doença mental existentes no concelho;
- Desconhecimento do n.º efectivo de toxicodependentes;
- Aumento do consumo de drogas (álcool, tabaco, outras);
- Falta de sistematização dos dados disponíveis nas escolas, que permitam responder às necessidades das crianças portadoras de deficiência
- Ausência de condições de acessibilidade, ao nível da circulação – barreiras arquitectónicas (internas e externas);
- Falta de formação específica dos técnicos que lidam com pessoas portadoras de deficiência;
- Falta de sistematização de informação

Tipos de Intervenção Prioritários:

- Alargar o Programa de Atendimento Integrado a todo o concelho;
- Conhecer a realidade concelhia no que diz respeito às problemáticas dos Comportamentos Aditivos, Saúde Mental e Deficiência;
- Facilitar o acesso de pessoas portadoras de deficiência ao edifício público e privado;
- Criar condições de mobilidade na sede do concelho, assim como de acesso à informação prestada nos serviços públicos;
- Promover e apoiar a formação de técnicos que trabalham com pessoas portadoras de deficiência, assim como com as suas famílias;
- Implementar a Unidade de Avaliação e Monitorização Social do Território

Eixo Estratégico: Qualidade da Intervenção Social

Eixo Estratégico: Qualidade da Intervenção Social

Finalidade	Objectivo geral (ou projecto)	Objectivo específico	Indicadores de verificação	Público-alvo	Factores externos	Estratégia
1. Melhorar a qualidade da intervenção social no concelho de Loures.	1.1 Implementar o Programa de Atendimento Integrado, em todo o concelho.	<p>1.1.1 Alargar o Modelo de implementação, organização e funcionamento do Atendimento Integrado no concelho de Loures</p> <p>1.1.2 Uniformizar o modelo de atendimento e acompanhamento social, incluindo os trâmites do processo e os instrumentos, sejam de atendimento, acompanhamento ou de avaliação</p> <p>1.1.3 Reforçar os mecanismos de avaliação (diagnóstica, contínua e de impacto), envolvendo todos os intervenientes do processo</p> <p>1.1.4 Adequar os espaços de acolhimento e atendimento nas instituições parceiras do Programa de Atendimento Integrado</p>	<p>Documento do Modelo de Implementação, Organização e Funcionamento do Atendimento Integrado no concelho de Loures</p> <p>Dossier com a definição de conceitos, princípios, método e instrumentos</p> <p>Documento de apresentação da organização e funcionamento do modelo de avaliação subjacente ao processo do atendimento</p>	<p>Organizações que no concelho desenvolvem o atendimento e acompanhamento social</p> <p>Todos os intervenientes no processo, incluindo os cidadãos - utentes</p>	<p>Lógicas e culturas organizacionais diferenciadas e que de certa forma constituem bloqueio a uma lógica horizontal em que assenta o atendimento integrado</p> <p>Fraca cultura de responsabilização, avaliação, trabalho em parceria e partilha de recursos</p> <p>Entendimento inadequado do trabalho em parceria</p>	Implementar o Atendimento Integrado, de forma faseada, partindo das organizações que apresentem as melhores condições facilitadoras do processo, e assegurando que as demais serão acompanhadas com vista ao reforço das suas condições de atendimento, por forma a que possam integrar o Programa

		<p>1.1.5 Desenvolver Espaços de Reflexão e Partilha de experiências, bem como, Acções de Formação, dirigidas a todos os intervenientes no processo de atendimento e acompanhamento social</p> <p>1.1.6 Garantir a partilha e a actualização de toda a informação relativa aos processos e às problemáticas</p>	<p>integrado.</p> <p>Relatório de Avaliação Inicial das condições de atendimento e acompanhamento social (físicas, técnicas)</p> <p>Documento de apresentação das estratégias, metas e resultados a atingir ao nível das diferentes organizações e freguesias do concelho, com o respectivo Plano de Acção</p> <p>Relatórios Periódicos de monitorização e avaliação do processo</p> <p>Relatórios de Execução e Avaliação das acções desenvolvidas.</p> <p>Funcionamento de um Sistema de comunicação que permita o desenvolvimento de</p>			
--	--	--	---	--	--	--

			processos de avaliação, circulação de informação útil para os processos, e produção de conhecimento para Diagnóstico Social			
	1.2 Consolidar o Sistema de Informação e Comunicação da Rede Social	1.2.1 Afirmar a página web da Rede Social, como um instrumento de comunicação e partilha de informação útil e actualizada, para a implementação de programas de intervenção, para profissionais e cidadãos em geral 1.2.2 Implementar a Unidade de Avaliação e Monitorização Social do Território	<p>Grau de Satisfação dos utilizadores da página web</p> <p>Relatório periódico da Monitorização da informação disponibilizada na página web</p> <p>Documento para apresentação das estratégias, objectivos, resultados e principais acções a desenvolver</p> <p>Acordo de Compromisso entre as várias organizações que contribuem directamente para o funcionamento do sistema</p> <p>Relatórios periódicos da Plataforma de Gestão da Unidade</p>	<p>Decisores e Técnicos de:</p> <p>* Organizações Parceiras da Rede Social</p> <p>* Organizações que integram a paisagem organizacional do concelho</p> <p>* Organizações do poder central ou outras que tenham responsabilidades do ponto de vista da definição de políticas sociais territoriais, ou programas de intervenção</p> <p>Cidadãos, em geral</p>	<p>Falta duma estratégia nacional e local, concertada, em matéria de produção de informação para Diagnósticos Sociais e Planos de Desenvolvimento Social</p> <p>Lógicas e culturas organizacionais diferenciadas e que de certa forma constituem bloqueio a uma lógica horizontal de produção de informação para Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social</p> <p>Fraca cultura de responsabilização, avaliação, trabalho em parceria e partilha de recursos</p>	<p>Desenvolvimento de Projecto-Piloto, envolvendo outros municípios para o desenvolvimento articulado.</p> <p>Envolvimento de responsáveis da Rede Social ao nível nacional / regional para acompanhamento do processo de criação e implementação da UAMST</p> <p>Desenvolvimento de processos de concepção e planeamento efectivamente participados, sobretudo ao nível das principais organizações identificadas como</p>

			<p>de Avaliação e Monitorização Social do território</p> <p>Actualização e divulgação da informação produzida pela UAMST, pelas organizações parceiras, decisores políticos, técnicos e cidadãos</p> <p>Relatórios Periódicos de Execução e Avaliação do processo de implementação da Unidade</p>			centrais neste processo de produção de informação
	<p>1.3 Definir conceitos para delimitar a população alvo, de modo a realizar diagnósticos de situação-Comportamentos Aditivos, Saúde Mental e Deficiência</p>	<p>1.3.1 Realizar o diagnóstico de situação das pessoas portadoras de deficiência</p> <p>1.3.2 Realizar o diagnóstico de situação na área dos comportamentos aditivos</p> <p>1.3.3 Realizar o diagnóstico de situação na área da doença mental</p>	<p>Existência de diagnóstico da situação das pessoas portadoras de deficiência</p> <p>Existência de diagnóstico da situação na área dos comportamentos aditivos</p> <p>Existência de diagnóstico da situação na área da doença mental</p>	<p>Pessoas portadoras de deficiência</p> <p>Pessoas com doença mental</p> <p>Pessoas que sofrem de comportamentos aditivos</p>	<p>Falta de sistematização da informação</p> <p>Falta de recursos humanos</p>	<p>Elaboração de diagnóstico que permita conhecer em profundidade a realidade do concelho ao nível da deficiência, dos comportamentos aditivos e da doença mental</p>

2. Melhorar a qualidade de vida das pessoas portadoras de deficiência	<p>2.1 Conhecer as barreiras arquitectónicas do edificado público do concelho</p> <p>2.2 Facilitar a passagem de peões invisuais nas passadeiras da sede do concelho</p> <p>2.3 Facilitar o acesso dos invisuais aos serviços públicos</p>	<p>2.1.1 Realizar o levantamento das barreiras arquitectónicas do edificado público do concelho</p> <p>2.2.1 Dotar os semáforos da sede do concelho de sonorização</p> <p>2.3.1 Dotar os serviços públicos de informação em braille</p>	<p>Levantamento das barreiras arquitectónicas do edificado público</p> <p>Nº de semáforos com sonorização</p> <p>Nº de serviços com informação em braille</p>	<p>Pessoas portadoras de deficiência motora</p> <p>Pessoas portadoras de deficiência visual</p>	Falta de recursos financeiros	Intervir no espaço público de modo a facilitar o acesso ao edificado e a circulação no concelho das pessoas portadoras de deficiência
--	--	---	---	---	-------------------------------	---

II – Habitação e Ordenamento do Território

Problemas identificados:

- Parque habitacional envelhecido e degradado;
- Existência de núcleos de barracas;
- Elevado nº de pedidos de habitação;
- Existência de três bairros municipais problemáticos, ao nível da utilização anómala dos fogos e espaços comuns e ao nível da insegurança e conflitualidade.

Tipos de Intervenção Prioritários:

- Caracterizar o Parque Habitacional público e privado;
- Sensibilização dos proprietários para a realização de obras de conservação do edificado;
- Conhecer e adequar as necessidades existentes de conservação do edificado aos programas de financiamento público.

Eixo Estratégico: Habitação e Ordenamento do Território

Eixo Estratégico: Habitação e Ordenamento do Território

Finalidade	Objectivo Geral	Objectivo Específico	Indicadores de Verificação	Público-alvo	Factores Externos	Estratégia
1. Reabilitar o Parque Habitacional privado do concelho de Loures	<p>1.1 Caracterizar o Parque Habitacional privado</p> <p>1.2 Sensibilizar senhorios e arrendatários para os recursos existentes nesta área</p> <p>1.3 Adequar as necessidades encontradas à oferta de financiamento público (IHRU)</p>	<p>1.1.1 Criar uma equipa multidisciplinar para caracterizar o Parque Habitacional</p> <p>1.1.2 Elaborar um estudo de caracterização do Parque Habitacional</p> <p>1.2.1 Divulgar informação relativa aos programas que estão disponíveis</p> <p>1.3.1 Elaborar as candidaturas</p>	<p>Equipa de caracterização do parque habitacional</p> <p>Estudo de caracterização do parque habitacional</p> <p>Nº. de acções de divulgação</p> <p>Nº. de participantes por acção</p> <p>Nº. de entidades parceiras envolvidas na divulgação</p> <p>Nº. de candidaturas apresentadas</p> <p>Nº. de acordos conseguidos</p>	Senhorios Arrendatários	Desinteresse dos senhorios ou dos arrendatários em alterar	Apostar no conhecimento e caracterização do parque habitacional privado, promovendo acções de sensibilização para senhorios e arrendatários

<p>2. Reabilitar o Parque Habitacional Público Municipal do concelho de Loures</p>	<p>2.1 Caracterizar o parque habitacional público/municipal</p> <p>2.2 Sensibilizar os arrendatários para a conservação e manutenção dos fogos e partes comuns dos edifícios e espaço público envolvente</p> <p>2.3 Conhecer os programas de financiamento existentes para a reabilitação do Parque Habitacional Municipal</p>	<p>2.1.1 Definir situações prioritárias através do estudo de caracterização</p> <p>2.2.1 Acções de sensibilização para arrendatários</p> <p>2.3.1 Apresentar candidaturas ao financiamento público à reabilitação do parque habitacional (INH)</p>	<p>2.1.1.1 Nº. de situações prioritárias</p> <p>2.2.1.1 Nº. de acções realizadas</p> <p>2.3.1.1 Nº. de candidaturas apresentadas</p>	<p>Arrendatários</p>	<p>Indisponibilidade financeira da autarquia</p>	<p>Execução de obras de manutenção e conservação do património</p>
--	--	--	--	----------------------	--	--

III – Qualificação e Emprego

Problemas Identificados:

- Baixa escolaridade;
- Falta de ligação entre as escolas e as empresas;
- Desarticulação entre o mercado de trabalho e o ensino;
- Desemprego elevado em determinadas áreas e carência de recursos humanos em algumas profissões (provocando desajustamentos dos mercados da oferta e da procura);
- Fraco conhecimento das necessidades dos empresários e das empresas;
- Falta de formação contínua (para empregadores e empregados).

Tipos de intervenção prioritários:

- Aumentar a qualificação e a escolaridade da população activa/desempregada;
- Divulgar/Sensibilizar informação específica da área do emprego/formação
- Promover a aproximação escolas/empresas;
- Diagnosticar as necessidades de recrutamento das empresas sediadas no concelho



Eixo Estratégico: Qualificação e Emprego

Eixo Estratégico: Qualificação e Emprego

Finalidade	Objectivo geral (ou projecto)	Objectivo específico	Indicadores de verificação	Público-alvo	Factores externos	Estratégia
1. Reduzir o desemprego no concelho de Loures	1.1 Aproximar escolas/empresas	1.1.1 Criar um mediador entre as escolas da rede pública e as empresas	Nº de sessões entre escolas/empresas	População desempregada/ activa com baixo nível de escolaridade	Não haver técnicos disponíveis para elaborar o diagnóstico	Apostar na redução do desemprego no concelho através da formação, qualificação e certificação
	1.2 Articular a oferta de formação profissional às necessidades de qualificação	1.2.1 Diagnosticar as necessidades de recrutamento das empresas sediadas no concelho	Diagnóstico das necessidades de recrutamento das empresas sediadas no concelho		Falta de adesão dos utentes	
	1.3 Aumentar o índice de escolaridade da população activa	1.3.1 Aumentar o nº de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	Nº de processos de RVCC iniciados Nº de processos de RVCC terminados com sucesso	População activa, desempregados e empregadores	Desinteresse dos grupos alvo	
		1.3.2 Divulgar o Programa Novas Oportunidades – através de sessões de Informação/Formação	Nº de sessões de Informação/Formação-Programa Novas Oportunidades		Resistência	

	<p>1.4 Investir na aquisição de competências genéricas para o emprego para empregadores e desempregados</p> <p>1.5 Sistematizar e divulgar a informação de apoio a grupos específicos excluídos, do mercado de trabalho (ex reclusos, ex toxicodependentes, alcoólicos)</p>	<p>1.4.1 Promover acções de formação dirigidas à população empregada, desempregada e para empregadores</p> <p>1.5.1 Melhorar a rede de comunicação entre instituições e agilizar circuitos de informação, através da implementação do Atendimento Integrado</p>	<p>Nº de acções de formação dirigidas à população activa, desempregados e empregadores</p> <p>Nº de formandos</p> <p>Nº de locais com Atendimento Integrado</p>	População excluída do mercado de trabalho	social à integração destes grupos específicos	
--	---	---	---	---	---	--

IV – Cidadania

Problemas Identificados:

- Falta de Acompanhamento Familiar;
- Pouca valorização atribuída pelos pais à escolarização;
- Falta de acompanhamento articulado às famílias carenciadas;
- Insuficiência de creches
- Dificuldade no envolvimento escola/comunidade/família;
- Monoparentalidade;
- Violência doméstica;
- Falta de espaços de convívio para jovens até 18 anos
- Insuficiência de Centros de Acolhimento dos 12 aos 18 anos.
- Necessidade de alargamento das valências: Lar de Idosos; Apoio Domiciliário; Apoio Domiciliário Alargado;
- Falta de respostas sociais no âmbito do apoio a idosos;
- Falta de formação específica dos técnicos que operam nas áreas dos Comportamentos Aditivos, Deficiência e Saúde Mental.

Tipo de Intervenção Prioritários:

- Dotar as escolas de equipas multidisciplinares
- Aumentar a aproximação dos pais às escolas;
- Criar alargar e melhorar a rede de equipamentos sociais para: creche; Jardim de Infância; crianças e jovens em risco
- Criação de uma unidade de cuidados continuados
- Alargamento das respostas sociais em Apoio Domiciliário e Apoio Domiciliário Alargado, Centro de Convívio e Lar.
- Promover e apoiar a formação de prestadores de cuidados informais e formais: familiares, profissionais voluntários e outras pessoas da comunidade
- Criação de resposta social (atendimento a vítimas de violência doméstica).



Eixo Estratégico: CIDADANIA

Eixo Estratégico: Cidadania

Finalidade	Objectivo Geral	Objectivo específico	Indicadores de verificação	Público-alvo	Factores externos	Estratégia
1. Criação de equipamentos sociais no concelho de Loures	1.1 Criação de equipamento concelhio de apoio à deficiência	1.1.1 Criação de Centro de Actividades Ocupacionais para 58 jovens	Centro de Actividades Ocupacionais	Pessoas portadoras de deficiência	Falta de recursos financeiros	Apostar no alargamento e criação de equipamentos sociais, bem como na criação de novas respostas sociais, recorrendo a financiamento externo, de forma a combater situações de exclusão social, proporcionando, assim, o aumento da qualidade de vida das famílias
	1.2 Alargamento da rede de equipamentos de infância nas Freguesias de Loures e Sacavém ⁶	1.2.1 Criação de 99 lugares em creche	Nº de lugares criados em creche	Crianças com idades entre os 0-3		
	1.3 Alargamento da Rede de Equipamentos de Idosos nas Freguesias de Loures, Sacavém e S. João da Talha ⁷	1.3.1 Criação de 200 lugares de lar 1.3.2 Criação de 150 lugares de Apoio Domiciliário 1.3.3 Criação de 150 lugares de Centro de Dia	Nº de lugares criados em lar, de apoio domiciliário e Centro de Dia	Idosos e pessoas dependentes		

⁶ Os lugares em creche foram definidos considerando as candidaturas aprovadas no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais de 2006

⁷ Os lugares de lar, apoio domiciliário e centro de dia foram definidos considerando as candidaturas aprovadas no âmbito do PARES de 2006

	1.4 Criação de equipamento concelhio de apoio a crianças e jovens em risco	1.4.1 Criação de 16 lugares em Centro de Acolhimento Temporário para crianças dos 0 aos 12 1.4.2 Criação de 12 lugares em CAT para jovens dos 12 aos 18 anos	Nº de lugares criados em CAT para crianças dos 0-12 e para jovens dos 12-18	Crianças e jovens em risco		
	1.5 Criação de equipamento concelhio de cuidados continuados integrados	1.5.1 Criação de 100 lugares de cuidados continuados integrados	Nº de lugares criados para CCI	Pessoas dependentes		
2. Criação de novas respostas sociais para o concelho de Loures	2.1 Criar uma resposta social para as vítimas de violência doméstica	2.1.1 Criar um Gabinete de Atendimento para as vítimas de violência doméstica	Criação do Gabinete	Vítimas de violência doméstica		

	<p>2.2 Formar prestadores de cuidados a idosos na zona Oriental do Concelho</p> <p>2.3 Sensibilizar e formar os elementos que compõem as redes de suporte formal e informal nas áreas dos Comportamentos Aditivos, da Deficiência e da Saúde Mental</p>	<p>2.2.1 Formar 45 prestadores de cuidados formais (três turmas anuais de 15 formandos)</p> <p>2.2.2 Formar 45 prestadores de cuidados informais(três turmas anuais de 15 formandos)</p> <p>2.3.1 Promover acções de sensibilização/formação às famílias e aos técnicos de intervenção</p>	<p>Nº de prestadores de cuidados formais e informais de saúde formados</p> <p>Nº de acções de Sensibilização</p>	Técnicos e famílias		
3. Diminuir o absentismo/abandono/insucesso escolar	3.1 Criar equipa de acompanhamento ao aluno e à família	3.1.1 Diagnosticar o número de casos existentes na escola	Nº de casos sinalizados /acompanhados	Alunos do agrupamento	Dificuldade em afectar técnicos à equipa	Dotar as escolas de equipas multidisciplinares
		3.1.2 Acompanhar/encaminhar o Aluno /Família para estruturas estatais	Nº de casos encaminhados	Alunos e família	Envolvimento das famílias	
		3.1.3 Apoiar o aluno e a família de forma continuada	Nº de sessões por aluno / família			

3.3 ARTICULAÇÃO DO PDS COM OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO

A articulação das acções inscritas no PDS com outros instrumentos de planeamento afigura-se como uma preocupação constante, tendo em linha de conta três factores fundamentais:

- a) racionalização das respostas existentes;
- b) articulação das diferentes formas de intervenção social;
- c) rentabilização de esforços e recursos.

Considerar outros Planos, de nível nacional, regional e local, permite conhecer os efeitos esperados, podendo o PDS estabelecer complementaridades, compensar e prevenir consequências (...) "que as transformações geradas por esses planos possam ter ao nível da realidade social do concelho e designadamente das populações mais vulneráveis"⁸.

Destaca-se, aqui, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), pretendendo-se mostrar de que forma é que as acções definidas no Plano de Desenvolvimento Social de Loures (...) " se inscrevem nas orientações mais específicas ou acções previstas no PNAI e, conseqüentemente, tenham em conta os correspondentes instrumentos elencados neste como possíveis recursos a que se poderão candidatar para desenvolver os projectos locais".⁹

Da estratégia nacional de inclusão social para o período de 2006-2008, relevam três grandes prioridades:

1. Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;
2. Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação;
3. Ultrapassar as discriminações, reforçando nomeadamente a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.

⁸ IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social (2002), *Plano de Desenvolvimento Social*, pp 40

⁹ *Idem*, pp.41.

Apesar do período de vigência do PNAI ser até 2008, podem elencar-se diversas acções do Plano de Desenvolvimento Social de Loures que se inscrevem nas grandes prioridades daquele Plano. Na primeira prioridade, destaca-se o eixo estratégico da Cidadania e da Qualidade da Intervenção, que ao apostar na criação de equipamentos sociais, sejam de Infância ou de Idosos, pretende concorrer para o aumento da qualidade de vida das famílias e em, particular, destes dois grupos mais vulneráveis.

De acordo com o PNAI, “o desenvolvimento de respostas sociais dirigidas a estes grupos terá igualmente impactes na prossecução de uma verdadeira igualdade de oportunidades, nomeadamente na perspectiva e género, tendo em conta as desigualdades que subsistem na conciliação da vida familiar e profissional, particularmente reforçadas no que respeita ao apoio a membros do agregado familiar, sejam eles crianças ou idosos” (PNAI:40).

Uma outra ambição, que também se enquadra na prioridade em cima mencionada, é melhorar a qualidade da intervenção social no concelho de Loures, através da implementação do Programa do Atendimento Integrado em todo o concelho. Ao melhorar a rede de comunicação entre instituições e ao agilizar circuitos de informação, este Programa está a concorrer para o combate à pobreza, nomeadamente, de crianças e jovens. De realçar, que o Programa de Atendimento Integrado já está implementado na Freguesia de Stº António dos Cavaleiros, prevendo-se, de acordo com o plano de acção do Conselho Local de Acção Social de 2007, estendê-lo às Freguesias de Frielas, Bucelas, Apelação, Unhos, , Portela e Moscavide e, posteriormente a todo o concelho.

O eixo estratégico Qualificação e Emprego tem encaixe objectivo na segunda prioridade do PNAI, pois com a finalidade de reduzir o desemprego no concelho, valoriza, entre outras acções o aumento do índice de escolaridade da população activa e a articulação entre a oferta de formação profissional à necessidade de qualificação. Trata-se, pois, de (...) promover a interrupção dos défices de qualificação das novas gerações, e contribuir activamente para a melhoria das condições de vida e para o combate à

pobreza entre a população activa, através do reforço das suas qualificações base (...)” (*Idem*). De salientar que este Eixo Estratégico também concorre para a prossecução dos grandes desafios impostos pelo Plano Nacional de Emprego através da promoção e criação de emprego, da promoção da segurança no trabalho, do reforço da educação e qualificação da população portuguesa. Importa referenciar, também, o Programa Novas Oportunidades, dirigido tanto a jovens como a adultos, que se direcciona para o aumento da escolaridade obrigatória, apostando fortemente no processo de reconhecimento, validação e certificação de competências obtidas através da experiência.

No que diz respeito à última prioridade do PNAI, existe consonância entre este e o PDS de Loures ao nível das pessoas portadoras de deficiência. Ou seja, com o grande objectivo de ultrapassar discriminações, procura-se fomentar a integração social daquelas, criando para o concelho um equipamento (Centro de Actividades Ocupacionais – CAO) de apoio a jovens portadores de deficiência, favorecendo, assim, a sua inclusão social.

Cabe aqui acentuar a importância do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), principalmente no Eixo Estratégico da Cidadania, programa cuja finalidade é apoiar o desenvolvimento e consolidar a rede de equipamentos sociais, no território nacional. No concelho de Loures, em 2006, foram aprovadas quatro candidaturas que permitem o alargamento e a criação de novos lugares em creche, lar de idosos, apoio domiciliário e centro de dia.

A criação dos novos lugares, gerados com o apoio do PARES, constitui um factor determinante para o bem-estar e para a melhoria das condições de vida das famílias, conferindo às freguesias abrangidas uma maior taxa de cobertura, bem como a diminuição das assimetrias existentes no concelho. Sublinhe-se que em 2007 foram apresentadas, também no âmbito deste Programa, nove candidaturas que aguardam aprovação, em áreas como a infância e juventude, pessoas idosas e portadoras de deficiência, que correspondem às seguintes respostas sociais: creche, serviços de apoio

domiciliário, lar de idosos, centros de dia e centros de actividades ocupacionais.

Afigura-se, ainda, pertinente uma breve referência ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que se encontra, ainda, em fase de apresentação dos Programas Operacionais. O grande desígnio estratégico do QREN articula com as grandes prioridades do PNAI, ao valorizar a qualificação dos portugueses, o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, ao promover o desenvolvimento económico e socio-cultural e ao fomentar a igualdade de oportunidades, bem como o aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas.

Em rigor, os Eixos Estratégicos do PDS de Loures apontam para o Programa Operacional para o Potencial Humano, que congrega o conjunto das intervenções visando a promoção das qualificações escolares e profissionais dos portugueses e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena.

O quadro seguinte, apresenta uma síntese dos instrumentos de planeamento até agora mencionados e descreve outros Planos e/ou Programas Nacionais¹⁰ que se cruzam com os Eixos Estratégicos definidos para o Plano de Desenvolvimento Social de Loures:

¹⁰ **PNAI** - Plano Nacional de Acção para a Inclusão; **PNI** – Plano Nacional para a Igualdade (Medidas: I – Actividade Profissional e Vida Familiar, II – Educação, Formação e Informação, III – Cidadania e Inclusão Social, IV – Cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP); **PNE** – Plano Nacional de Emprego (Pilares: I – Empregabilidade, II – Desenvolver o Espírito Empresarial, III – Adaptabilidade, IV – Reforçar as Políticas de Igualdade e de Oportunidades); **PORLVT** – Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo – **QCA III** (Medida 3.7, eixo 3 – Apoio ao Investimento no Desenvolvimento Local e Social para entidades privadas sem fins lucrativos); **PARES** – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (Pilares: I – Planeamento Territorial, II – Estímulo ao Investimento Privado); **QREN** – Quadro de Referência Estratégico Nacional (Programas Operacionais Temáticos: a) Factores de Competitividade, b) Potencial Humano, c) Valorização do Território; **CDLS** – Contratos Locais de Desenvolvimento Social (Programas: a) Emprego, formação e qualificação, b) Intervenção familiar e parental, c) Capacitação da comunidade e das instituições, d) Informação e acessibilidade.

PLANOS	PNAI	PNI	PNE	PORLVT QCAIII	PARES	QREN	CLDS
EIXOS ESTRATÉGICOS	Objectivos Estratégicos	Medidas	Pilares	Medidas/Eixos	Pilares	Programas	Eixos
QUALIDADE DA INTERVENÇÃO SOCIAL	*						
HABITAÇÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	*		Pilar I		I		
QUALIFICAÇÃO E EMPREGO	*					Factor I a)	Eixo a)
CIDADANIA	*	Medida III	Pilar IV	Medida 3.7, Eixo 3	II	Factor I b)	Eixo b)

3.4 AVALIAÇÃO

A avaliação “é o processo pelo qual se delimitam, se obtêm e se fornecem informações úteis, permitindo ajuizar sobre as decisões futuras, é um aviso sobre a eficácia de uma intervenção ou de um plano que está a ser implementado” (Guerra, 2000:186). A avaliação, sendo uma componente do processo de planeamento, não procura objectivos como fiscalizar ou punir, deve, antes, ser entendida como um processo de reflexão sobre a acção, indispensável para o planeamento das acções futuras.

A implementação do processo de planeamento implica a activação, no caso específico do Plano de Desenvolvimento Social de Loures, de dois tipos de avaliação – a auto-avaliação e a avaliação externa. Na “auto-avaliação há coincidência entre a equipa de terreno e a equipa de avaliação, sedimentando-se esta em torno da percepção que a equipa detém dos resultados da sua acção” (Guerra, 2000: 175), ou seja, a avaliação é

realizada pela mesma equipa que a executa. O recurso à avaliação externa far-se-á em situações pontuais: quando “existirem tensões, bloqueios ou conflitos decorrentes da acção ou do funcionamento da parceria”; quando persista a necessidade de “impulsionar o funcionamento de uma rotina avaliativa”; quando os actores locais necessitarem de ser sensibilizados para as questões da avaliação (Guerra, 2000:176).

Dos dois tipos de avaliação referenciados, é na auto-avaliação que mais se deverá incidir, pelo facto desta salientar o papel da avaliação como aprendizagem e como um processo participativo e educativo, que deve contar obrigatoriamente com o apoio das equipas que executam o plano e, principalmente, com os elementos da Comissão Executiva.

Na construção deste Plano estiveram envolvidas várias equipas de trabalho e diferentes instituições, que tornaram o PDS de Loures participado, sendo as acções definidas um reflexo de um trabalho integrado que na sua génese mostrou interesse no processo avaliativo, ficando logo estabelecidos os indicadores de verificação com vista a apurar o sucesso e eficácia das acções desenvolvidas.

Os técnicos directamente envolvidos na execução das acções delineadas nos planos de acção anuais, os parceiros do Conselho Local de Acção Social, os elementos das instituições sociais do Concelho e a comunidade, são os destinatários centrais do processo de avaliação.

Em síntese, o processo de avaliação deverá conseguir medir quer qualitativa, quer quantitativamente as respostas dadas aos problemas e necessidades identificados, e fornecer indicações sobre novos problemas que emergiram e que a própria intervenção revelou.

4. BIBLIOGRAFIA

- CLDS - Contratos Locais de Desenvolvimento Social
- Diagnóstico Social do Município de Loures – Rede Social do Município, Loures, 2006
- Guerra, Isabel (2000), Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais, Cascais, Principia
- Instituto da Segurança Social – www.seg-social.pt
- PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
- Plano de Desenvolvimento Social – Programa Rede Social/Instituto de Solidariedade e Segurança Social – Núcleo da Rede Social, 2002
- PNAI-Plano Nacional para a Inclusão – 2006-2008- Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Outubro 2006
- PNE -Plano Nacional de Emprego 2005/2008, Ministério do Trabalho e Solidariedade Social
- PNI – Plano Nacional para a Igualdade
- PORLVT / QCA III - Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo / Quadro Comunitário de Apoio III
- QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, Portugal, 2007 – www.qren.pt

ANEXO

Instituições Participantes nos Workshops

Workshop- Qualidade da Intervenção Social – realizado dia 21 de Maio de 2007
Ajuda de Mãe
Associação Beneficente de Ajuda
Associação Pró-Infância "O Saltarico" (CSFSAC)
Câmara Municipal de Loures/Departamento de Gestão Urbanística/Divisão Municipal de Habitação
Câmara Municipal de Loures/Gabinete de Assuntos Religiosos e Sociais Específicos
Centro Cultural e Social de Santo António dos Cavaleiros
Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Loures
Centro de Saúde de Sacavém
Centro Distrital Segurança Social Lisboa/Serviço Social de Sacavém
Centro Social e Comunitário de Moscavide
Centro Social e Paroquial da Bobadela
Centro Unitário de Reformados Pensionistas e Idosos de Moscavide
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Loures
Conselho Português de Refugiados
Cooperativa Socio-Educativa para o Desenvolvimento Comunitário
Direcção Regional de Educação Lisboa e Vale do Tejo (Lisboa Oriental)
Junta de Freguesia da Portela
Junta de Freguesia de Moscavide
Junta de Freguesia de São João da Talha
Secretariado Técnico da rede Social
Técnica de Apoio e Acompanhamento – Comissão Social de Freguesia de Santo António dos cavaleiros
Técnica de Apoio e Acompanhamento – Comissão Social de Freguesia da Bobadela
Técnica de Apoio e Acompanhamento – Comissão Social de S. Julião do Tojal
Técnica de Apoio e Acompanhamento – Comissão Social <i>Inter-Freguesias de Sacavém/Prior Velho/Camarate</i>

Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social de Freguesia de S. Antão do Tojal
Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social de Freguesia de Bucelas
Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social de Freguesia da Portela
Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social Inter-Freguesias de Apelação/Frielas/Unhos
Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social Inter-Freguesias de Loures/Fanhões/Lousa
Técnicas de Apoio e Acompanhamento – Comissão Social Inter-Freguesias S. João da Talha/S. Iria de Azóia

Workshop- Habitação e Ordenamento do Território – realizado dia 22 de Maio de 2007
Associação de Melhoramentos e Recreativo do Talude
Câmara Municipal de Loures/Departamento de Gestão Urbanística/Divisão Municipal de Habitação
Câmara Municipal de Loures/Direcção de Projecto de Áreas Urbanas de Génese Ilegal
Câmara Municipal de Loures/Departamento Socio-Cultural/Divisão de Educação e Juventude
Câmara Municipal de Loures/Gabinete de Assuntos Religiosos e Sociais Específicos
Centro Distrital Segurança Social Lisboa/Serviço Local de Sacavém
Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana
Junta de Freguesia da Apelação
Junta de Freguesia de Frielas
Junta de Freguesia de Prior Velho
Junta de Freguesia de Sacavém
Junta de Freguesia de Unhos
Junta de freguesia de Camarate
Nova Habitação Cooperativa,CRL
Projecto Esperança
Secretariado Técnico da rede Social
Técnica de Apoio e Acompanhamento – Comissão Social de Freguesia da Bobadela
Técnica de Apoio e Acompanhamento – Comissão Social de S. Julião do Tojal
Técnica de Apoio e Acompanhamento – Comissão Social <i>Inter-Freguesias de Sacavém/Prior Velho/Camarate</i>
Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social de Freguesia de S. Antão do Tojal
Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social de Freguesia de Bucelas
Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social de Freguesia da Portela

Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social Inter-Freguesias de Apelação/Frielas/Unhos
Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social Inter-Freguesias de Loures/Fanhões/Lousa
Técnicas de Apoio e Acompanhamento – Comissão Social Inter-Freguesias S. João da Talha/S. Iria de Azóia

Workshop- Qualificação e Emprego – realizado dia 28 de Maio de 2007

Agrupamento de Escolas de Sacavém e Prior Velho
Agrupamento de Escolas João Villaret
Câmara Municipal de Loures/ Departamento Socio-Cultural/ Divisão de Educação e Juventude
Câmara Municipal de Loures/ Departamento Socio-Cultural/ Divisão de Actividades Económicas
Câmara Municipal de Loures/Gabinete de Assuntos Religiosos e Sociais Específicos
IEFP- Centro de Emprego de Moscavide
Centro Social e Paroquial da Bobadela (CSFB)
Conselho Português de Refugiados
Cooperativa Socio-Educativa para o Desenvolvimento Comunitário
Direcção Regional de Educação Lisboa e Vale do Tejo – Equipa de Apoio às Escolas de Lisboa Oriental
Instituto Profissional de Transportes
PROGRIDE
Projecto Esperança
REDES-Centro Comunitário de Apoio Psicológico e Pedagógico
Secretariado Técnico da rede Social
Técnica de Apoio e Acompanhamento – Comissão Social de Freguesia da Bobadela
Técnica de Apoio e Acompanhamento – Comissão Social de S. Julião do Tojal
Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social de Freguesia de S. Antão do Tojal
Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social de Freguesia de Bucelas
Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social de Freguesia da Portela
Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social Inter-Freguesias de Apelação/Frielas/Unhos
Técnicas de Apoio e Acompanhamento – Comissão Social Inter-Freguesias S. João da Talha/S. Iria de Azóia

Workshop- Cidadania – realizado dia 29 de Maio de 2007

Agrupamento de Escolas de Sacavém e Prior Velho
Ajuda de Mãe
Associação Beneficente de Ajuda
Associação Luís Pereira da Mota
Associação Pró-Infância "O Saltarico" (CSFSAC)
Associação Vida Cristã Filadélfia
Câmara Municipal de Loures/ Protecção Civil
Câmara Municipal de Loures/Departamento de Ambiente
Câmara Municipal de Loures/Departamento de Gestão Urbanística/Divisão Municipal de Habitação
Câmara Municipal de Loures/Departamento Socio-Cultural/Divisão de Educação e Juventude
Câmara Municipal de Loures/Gabinete de Assuntos Religiosos e Sociais Específicos
Centro Cristão da Cidade
Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Loures
Centro de Dia de Terceira Idade de Unhos
Centro de Saúde de Sacavém
Centro Distrital Segurança Social Lisboa/Serviço Social de Sacavém
Centro Social e Paroquial da Bobadela
Centro Unitário de Reformados Pensionistas e Idosos de Santa Iria de Azóia
Conselho Português de Refugiados
Cooperativa de Reabilitação, Educação e Animação para a Comunidade Integrada de Loures
Direcção Regional de Educação Lisboa e Vale do Tejo (Lisboa Oriental)
Instituto Profissional de Transportes
Junta de Freguesia de Apelação
Junta de Freguesia de Sacavém
Junta de Freguesia de Santo António dos cavaleiros
Liga Operária católica
Ministério da Justiça
Nuclisol Jean Piaget
Polícia de Segurança Pública – Divisão de Loures

Polícia de Segurança Pública de Loures 2ª Divisão (Esquadra de Sacavém)
Projecto Esperança
Projecto Loures saudável
REDES - Centro Comunitário de Apoio Psicológico e Pedagógico
Secretariado Técnico da rede Social
Sta. Casa da Misericórdia de Loures
Técnica de Apoio e Acompanhamento – Comissão Social de Freguesia da Bobadela
Técnica de Apoio e Acompanhamento-Comissão Social de S. Julião do Tojal
Técnica de Apoio e Acompanhamento-Comissão Social de Freguesia de S. Antão do Tojal
Técnica de Apoio e Acompanhamento-Comissão Social de Freguesia de Bucelas
Técnica de Apoio e Acompanhamento-Comissão Social de Freguesia de Santo António dos Cavaleiros
Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social de Freguesia da Portela
Técnica de Apoio e Acompanhamento- Comissão Social Inter-Freguesias de Apelação/Frielas/Unhos
Técnicas de Apoio e Acompanhamento – Comissão Social Inter-Freguesias S. João da Talha/S. Iria de Azóia